

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Desafios no combate à fome

Governo brasileiro renova trabalho de cooperação com a ONU com o objetivo de se tornar líder mundial na temática

» LUANA PATRIOLINO

SEDUC/AM



Brasil é líder no programa de merenda escolar. País figura como copresidente da Coalizão Global para Alimentação Escolar

No momento em que a insegurança alimentar cresce na América Latina e no mundo, com conflitos internacionais, quebras de safras e ainda efeitos da pandemia de covid-19, o combate à fome se tornou a principal bandeira internacional do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste cenário, a alimentação das escolas é a política pública estratégica de enfrentamento à pobreza. O setor passou cinco anos com verbas congeladas e, em 2023, recebeu um reajuste de 39% para as merendas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promovem em Brasília, a partir de hoje, um evento internacional sobre o tema da alimentação escolar.

O objetivo é contar a história de 15 anos da cooperação do governo brasileiro com a instituição na região a respeito da importância de erradicar a fome e fortalecer a alimentação escolar. Também devem ser anunciadas as perspectivas para os próximos anos acerca da temática.

Além disso, na última semana, a FAO lançou o Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutrição sobre a situação da segurança alimentar e nutrição na América Latina e no Caribe. O panorama da FAO contou com a participação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida); da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS); do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); e do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP).

Ao **Correio**, a coordenadora do projeto de alimentação escolar do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, Najla Veloso, apontou como os números da fome no país continuam preocupantes. Segundo ela, ainda não foi possível retornar aos índices anteriores à crise desencadeada pela pandemia.

“Pensando em segurança



O país tem como objetivo alcançar a meta global de garantir que todas as 724 milhões de crianças em escolas primárias no mundo recebam refeições escolares saudáveis até 2030”

Fernanda Pacobahyba,
presidente do FNDE

alimentar, um dos atuais desafios do mundo, hoje, é enfrentar a alta dos preços dos alimentos ocasionada por diversas crises, conflitos e guerras, consequências da pandemia e os efeitos das mudanças climáticas”, destacou Veloso.

Outra preocupação é o consumo de alimentos para famílias, especialmente de alimentos saudáveis, que se tornaram mais caros, menos frequentes e pouco qualitativos. “Lamentavelmente, quem sofre o maior impacto são as populações de menor renda e a população de vulneráveis, que necessitarão dispor de mais recursos para levar comida à mesa”, disse a especialista.

A alimentação escolar é uma das principais políticas públicas no combate à insegurança alimentar e nutricional no mundo. Na América Latina e no Caribe, há cerca de 170 milhões de

estudantes, dos quais 80 milhões têm acesso a alimentos nas escolas públicas. Dados da FAO, de 2022, indicam que o atraso no crescimento infantil afeta 5,7 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade na região (11,5%).

Similarmente, o excesso de peso afeta 4,2 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade (8,6%) — equivalente a 3 pontos percentuais acima da média global. Veloso destaca que a alimentação escolar impulsiona a inclusão social e econômica, o combate à má nutrição e fomenta a geração de empregos locais.

Volta ao mapa da fome

O governo divulgou que vai renovar, neste mês, o trabalho de cooperação com a FAO no tema da alimentação escolar. O Executivo, por meio da ABC e do

FNDE, em parceria o organismo internacional, atuam para fortalecer os programas de alimentação escolar como estratégia de acesso a alimentos de qualidade aos estudantes.

Essa iniciativa, de 2009, é resultado de um entendimento de que esta é uma ferramenta estruturante na construção da perspectiva do direito humano a uma alimentação adequada e saudável. A presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, destacou a preocupação com a volta do Brasil ao mapa da fome.

“Os recursos do governo federal destinados à alimentação e nutrição escolar consideram, de forma concreta, que a qualidade da educação das crianças também depende da alimentação que elas recebem na escola. Um aluno alimentado aprende mais e faz com que as famílias superem a desnutrição e a

insegurança alimentar”, disse ao **Correio**.

“Depois de anos sem correção, os valores repassados pelo governo federal a estados e municípios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, foram reajustados em até 39%”, completou Pacobahyba.

Coalizão internacional

Atualmente, o Brasil figura como copresidente da Coalizão Global para Alimentação Escolar. O país exerce a função ao lado de França e Finlândia. “Neste cargo, o país tem como objetivo alcançar a meta global de garantir que todas as 724 milhões de crianças em escolas primárias no mundo recebam refeições escolares saudáveis até 2030”, ressaltou a presidente do FNDE.

Cecília Malaguti, responsável pela cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais da ABC, destaca como a cooperação internacional brasileira constitui ferramenta importante para levar a cabo as prioridades da nossa política externa.

“Os 67 anos do nosso Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em atendimento, inclusive, a demandas de vários países, representam valiosa experiência acumulada do Brasil, em favor de numerosos parceiros”, disse.

Rodrigo Gallo, cientista político e coordenador do curso de Relações Internacionais do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), explica que a segurança alimentar e combate à fome são temas prioritários para as Nações Unidas. “Os compromissos e as metas que os países devem cumprir para alcançar o desenvolvimento social e econômico fazem parte dos ODS. Então, trata-se de uma das agendas prioritárias da ONU”, disse.

“No passado, quando Lula foi eleito pela primeira vez, o governo federal lançou o Programa Fome Zero, uma ampla iniciativa, repleta de políticas públicas auxiliares, como combater a fome. À época, serviu de inspiração para que a própria ONU, por meio do seu secretário-geral, procurasse desenvolver um amplo plano de combate à fome na América Latina e Caribe”, completou Gallo.

» Entrevista | WELLINGTON DIAS | MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Trabalho pelos mais vulneráveis

» MAYARA SOUTO

O combate à fome e à pobreza no Brasil e na América Latina retornaram ao foco das discussões. Na última semana, líderes da América do Sul se reuniram em Brasília para a 42ª Reunião com autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul. Hoje e amanhã, a temática será debatida em evento promovido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO — sigla em inglês). Na pauta, a alimentação escolar na América Latina e no Caribe.

Em entrevista exclusiva ao **Correio**, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, destacou a importância dos encontros e das discussões sobre o combate à fome.

O ministro revelou seu otimismo na redução da curva de crescimento das pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e afirmou que a distribuição de renda é fundamental para solucionar o problema no país. “O Brasil está bem na produção de alimentos. Agora, o que a gente tem

que trabalhar é o acesso. A transferência de renda é um elemento importante”, destacou.

Confira os principais trechos da entrevista.

Na última semana, o senhor participou de encontros sobre a alimentação no Brasil e na América Latina. A partir de hoje, a pauta será abordada com a FAO. O que se espera desses encontros?

O objetivo é trabalhar a política de cuidados e também uma posição firme em relação ao combate à fome e a redução da pobreza na América Latina e no Caribe. Já com a FAO, houve uma proposta de troca de experiências entre áreas técnicas. O Brasil tem vários centros de pesquisa, como o IBGE, o IPEA, e o PNAE, e é interessante para a gente compreender qual é a fórmula utilizada pela FAO para produzir o Mapa da Fome e chegar na decisão sobre quem fica e quem sai dele. Além disso, a FAO pôde compreender um pouco mais a experiência brasileira que trabalha, por exemplo, a Pesquisa do Orçamento Familiar, a POF, que agora vai retomar.

Segundo dados do governo, a fome hoje é maior do que a

Marcelo Camargo/Agência Brasil



existente quando o programa Bolsa Família começou. O que está sendo pensado em conjunto com a FAO para conter o problema?

Eu estou otimista. Acho que em 2024, quando a FAO for divulgado o Mapa da Fome no mundo, certamente vamos perceber que o Brasil vem, desde 2019, em uma tendência de crescimento da fome ano a ano — a gente chegou a 4,7% em 2022. Estávamos em torno de 1,7%. Agora,

temos a condição de, em 2023, inverter a curva, sair da escalada de crescimento (da fome) e ir para uma curva de decréscimo. É essa agenda que a gente fez com a FAO.

E qual a avaliação da FAO sobre o assunto?

O Brasil está bem na produção de alimentos. Agora, o que a gente tem que trabalhar é o acesso. A transferência de renda é um elemento importante para que

seja possível comprar alimento no lugar onde se vive. Aqui também tem a responsabilidade de garantir que os dados estejam atualizados.

Por que os dados são importantes?

Porque ainda estamos com dados de 2017. O próprio governo terá que apoiar fortemente o IBGE, o IPEA, e as entidades de pesquisa para que possamos ter as condições de fazer relatórios

mais atualizados, já para 2024. E, a partir daí, a garantia de recursos, todos os anos, para esses estudos. Os resultados são referência para o Ministério do Desenvolvimento Social e também para as áreas da saúde, economia e emprego. Nós estamos retomando uma sistemática na qual as áreas do governo interessadas na pauta vão garantir as condições de orçamento e de recursos para bancar estas pesquisas.



O objetivo é trabalhar a política de cuidados e também uma posição firme em relação ao combate à fome e a redução da pobreza na América Latina e no Caribe”

Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome